

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO
S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Quotistas da
Hidro Forte Administração e Operação S.A.
Palmas - TO

Examinamos as demonstrações contábeis da Hidro Forte Administração e Operação S.A. ("Companhia" ou "Hidro Forte"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidro Forte Administração e Operação S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 27 de março de 2025.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.728	3.563	Fornecedores a pagar	12	3.769	7.165
Contas a receber	5	14.113	13.655	Debêntures e financiamentos	13	11.230	2.930
Adiantamentos a fornecedores		173	169	Arrendamentos a pagar	9	325	101
Despesas antecipadas		422	271	Salários e encargos sociais	14	2.929	3.040
Tributos a recuperar		509	5	Tributos a pagar	15	4.510	3.149
Estoques	6	455	469	Outorgas a pagar	16	1.133	544
Outros ativos		143	61	Outros passivos		76	161
Total do Circulante		23.544	18.193	Total do Circulante		23.973	17.091
Não circulante				Não circulante			
Aplicações Financeiras	4	183	54	Debêntures e financiamentos	13	123.037	92.222
Partes relacionadas	7	2.137	2.137	Arrendamentos a pagar	9	631	759
Ativo de Contrato	8	-	343	Tributos a pagar	15	10.602	7.217
Direito de uso	9	1.033	927	Tributos diferidos	15	3.211	3.822
Imobilizado	10	2.285	2.067	Partes relacionadas	7	3.862	945
Intangível	11	151.016	113.630	Provisão para contingências	17	-	18
Total do Não Circulante		156.655	119.159	Total do Não Circulante		141.344	104.984
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social		8.752	2.651
				AFAC		4.000	-
				Reserva de capital		12	6.101
				Reserva Legal		567	567
				Reserva de lucros		1.550	5.958
				Total do Patrimônio Líquido		14.881	15.278
Total do Ativo		180.199	137.352	Total do Passivo		180.199	137.352

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	19	58.122	51.101
Receita de construção		13.147	747
Custo dos serviços prestados	20	(27.733)	(25.495)
Custo de construção		(13.147)	(747)
Lucro bruto		<u>30.389</u>	<u>25.607</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e Administrativas	21	(12.587)	(10.766)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")		(1.630)	(785)
Outras receitas (despesas) operacionais		300	224
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>16.472</u>	<u>14.280</u>
Resultado financeiro líquido	22	(18.589)	(19.228)
Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(2.117)</u>	<u>(4.948)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	(131)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	610	1.451
Prejuízo do exercício		<u>(1.507)</u>	<u>(3.628)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício		(1.507)	(3.628)
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do período		<u>(1.507)</u>	<u>(3.628)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2023	2.651	-	6.101	567	9.586	18.905
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.628)	(3.628)
Em 31 de dezembro de 2023	2.651	-	6.101	567	5.958	15.278
Aumento de Capital Social	6.101	-	(6.101)	-	-	-
AFAC	-	4.000	-	-	-	4.000
Incorporação da NHF - Nota 1.1	-	-	12	-	(2.901)	(2.889)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.507)	(1.507)
Em 31 de dezembro de 2024	8.752	4.000	12	567	1.550	14.882

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (EM MILHARES DE REAIS)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do Exercício	(1.507)	(3.628)
Ajustes		
Depreciação	291	258
Amortização Intangível	1.875	1.386
Amortização Mais Valia	2.816	2.208
Amortização Arrendamentos	1.513	1.110
Amortização custo de transação	475	72
Encargos financeiros de financiamentos e debêntures	14.067	15.487
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	253	146
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	1.630	785
	<u>21.412</u>	<u>17.823</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(2.089)	(6.026)
Adiantamentos a fornecedores	(4)	109
Partes relacionadas	2.917	(273)
Despesas antecipadas	(151)	(49)
Tributos a recuperar	(504)	(3)
Outros ativos	(82)	(48)
Estoques	14	56
Fornecedores	(3.396)	3.378
Salários e encargos sociais	(111)	1.497
Tributos a pagar	4.747	(420)
Tributos Diferidos	(611)	3.815
Contingências	(18)	-
Outros passivos	406	343
	<u>1.118</u>	<u>2.378</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>22.530</u>	<u>20.200</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao investimento	(129)	176
Ativo de direito de uso	(1.619)	(2.037)
Adições ao imobilizado	(410)	(1.267)
Adições aos Ativos de Contratos	343	10.938
Adições ao ativo intangível	(42.077)	(36.351)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(43.892)</u>	<u>(28.540)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de financiamentos e debêntures	37.000	94.614
Amortizações financiamentos e debêntures	(12.426)	(85.309)
Arrendamentos a pagar	(158)	860
Efeitos advindos de incorporação da NFH	(2.889)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>25.527</u>	<u>10.165</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.165</u>	<u>1.825</u>
Variação no Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.563	1.738
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7.728</u>	<u>3.563</u>
	<u>4.165</u>	<u>1.825</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em milhares de Reais)

1. Informações Gerais

A Hidro Forte Administração e Operação S.A. ("Hidro Forte" ou "Companhia") é uma controlada da Norte Saneamento S.A. ("Norte Saneamento").

A Companhia tem como principal objetivo a implantação, captação, operação e manutenção de serviços de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário e tem atuação em municípios dos Estados do Tocantins, Pará e Maranhão, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões outorgadas.

Em 19 de junho de 2023 a Companhia alterou o endereço da sua Matriz, antes localizada na cidade de Gurupi - TO, para a cidade Palmas - TO. A Matriz agora está sediada na Q ACNO 1 Rua De Pedestre N. 2, SN, Plano Diretor Norte, Palmas - TO.

A Empresa completou 22 anos de existência em 2024 e atualmente possui contratos de longo prazo que abrangem 41 prefeituras, sendo 36 no Estado do Tocantins, 4 no Estado do Pará e 1 no Estado do Maranhão.

Os contratos de concessão podem ser assim sumarizados:

Município	Data de assinatura do contrato	Estado	Cronograma de vencimento	Prazo	Prazo restante (meses)
Abel Figueiredo	01/01/2018	Pará	01/01/2048	30	276
Abreulândia	13/08/2019	Tocantins	13/08/2049	30	295
Angico	17/06/2019	Tocantins	17/06/2049	30	293
Araguacema	11/11/2019	Tocantins	11/11/2049	30	298
Bom Jesus do TO	18/06/2018	Tocantins	18/06/2048	30	281
Bom Jesus das Selvas	17/11/2022	Maranhão	17/11/2052	30	334
Brejinho de Nazaré	13/12/2022	Tocantins	13/12/2052	30	335
Cariri	18/08/2020	Tocantins	18/08/2050	30	307
Chapada da Natividade	02/01/2020	Tocantins	02/01/2050	30	300
Chapada da Areia	07/05/2019	Tocantins	07/05/2049	30	292
Divinópolis	25/04/2019	Tocantins	25/04/2049	30	291
Dueré	06/11/2019	Tocantins	06/11/2049	30	298
Goianorte	10/10/2019	Tocantins	10/10/2049	30	297
Itaguatins	02/05/2016	Tocantins	02/05/2046	30	256
Itapiratins	29/10/2018	Tocantins	29/10/2048	30	285
Itupiranga	26/08/2015	Pará	26/08/2045	30	247
Jau	01/02/2018	Tocantins	01/02/2048	30	277
Lizarda	27/01/2020	Tocantins	27/01/2050	30	300
Mateiros	02/04/2018	Tocantins	02/04/2048	30	279
Miranorte	07/07/2023	Tocantins	07/07/2053	30	342
Monte do Carmo	05/07/2019	Tocantins	05/07/2039	20	174
Novo Alegre	01/10/2019	Tocantins	01/10/2039	20	177
Novo Repartimento	25/10/2019	Pará	25/10/2049	30	297
Pequizeiro	16/02/2019	Tocantins	16/02/2049	30	289
Pindorama do TO	20/08/2019	Tocantins	20/08/2049	30	295
Pium	11/02/2019	Tocantins	11/02/2049	30	289
Ponte Alta do Bom Jesus	13/12/2016	Tocantins	13/12/2046	30	263
Ponte Alta do TO	02/05/2019	Tocantins	02/05/2039	20	172
Porto Alegre do TO	02/12/2019	Tocantins	02/12/2049	30	299
Praia Norte	22/02/2019	Tocantins	22/02/2049	30	289
Presidente Kennedy	17/09/2019	Tocantins	17/09/2049	30	296
Rio da Conceição	19/11/2019	Tocantins	19/11/2049	30	298
Santa Maria	17/07/2020	Tocantins	17/07/2050	30	306
Santa Rita	05/10/2018	Tocantins	05/10/2048	30	285
Santa Rosa	21/11/2018	Tocantins	21/11/2048	30	286
São Domingos do Araguaia	14/06/2022	Pará	14/06/2052	30	329
São Valério	27/08/2021	Tocantins	27/08/2051	30	319
Silvanópolis	29/04/2019	Tocantins	29/04/2049	30	291
Sítio Novo	02/09/2015	Tocantins	02/09/2045	30	248
Tabocão	23/11/2016	Tocantins	23/11/2046	30	262
Talismã	08/01/2004	Tocantins	08/01/2044	20	228

Aumento de participação societária e incorporação das acionistas Norte Gestão e NHF.

Em 31 de dezembro de 2022, a acionista Norte Gestão de Recursos Hídricos S.A. (“Norte Gestão”) foi incorporada pela Hidro Forte através de um processo de incorporação reversa e com a sua extinção, a empresa Norte Saneamento, antiga controladora da Norte Gestão, passou a ter 75% de participação direta na Companhia.

Em 5 julho de 2023, a Norte Saneamento adquiriu mais 5% das ações da Companhia, passando a deter 80% de participação no seu Capital Social, assumindo o controle da Companhia a partir desta data.

Em 25 abril de 2024, o processo de aquisição foi concluído através da incorporação reversa da acionista NHF Participações Ltda (“NHF”) pela Hidro Forte, e com a sua extinção, a Norte Saneamento passou a deter 100% de participação no capital social da Companhia.

1.1 Incorporação de acionista ocorrida em 2024

Conforme mencionado acima, em 25 de abril de 2024, a acionista NHF Participações Ltda, que era detentora de 20% das ações da Companhia, foi incorporada pela investida Hidro Forte tendo como principais objetivos decorrentes dessa incorporação as seguintes justificativas:

- A simplificação da estrutura societária da empresa, fazendo com que, concluídos os processos de assunção do controle da Companhia e a aquisição total das suas ações, a Norte Saneamento passasse a ser a acionista única da Hidro Forte.
- A incorporação visou a extinção da companhia incorporada NHF e a sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela incorporadora Hidro Forte. A operação não resultou em aumento de capital social na Hidro Forte, nem na alteração de seu estatuto social e nem na emissão de novas ações.
- O critério de avaliação do patrimônio líquido da incorporada foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 01 de abril de 2024, conforme Laudo de Incorporação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2024.

O balanço incorporado na data da operação em 25 de abril de 2024 teve a seguinte composição:

Ativo	2024	Passivo	2024
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1	Partes Relacionadas	27.000
Total do Circulante	<u>1</u>	Total do Circulante	<u>27.000</u>
Não circulante		Patrimônio Líquido	
Investimento	2.900	Capital social	1
Ágio	7.762		
Mais Valia Contratos de Concessão	16.338		
Total do Não Circulante	<u>27.000</u>	Total do Patrimônio Líquido	<u>1</u>
Total do Ativo	<u><u>27.001</u></u>	Total do Passivo	<u><u>27.001</u></u>

2. Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*)).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2025.

2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade Operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na seguinte nota explicativa:

- [Nota explicativa 5](#) - Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis)
- [Nota explicativa 10](#) - Imobilizado (depreciação pela vida útil)
- [Nota explicativa 11](#) - Intangível (amortização pela vida útil)
- [Nota explicativa 17](#) - Provisão para contingências (pareceres jurídicos)

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4 Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos. As taxas utilizadas no exercício de 2024 foram as seguintes:

Edificações	33 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Máquinas e Equipamentos	7 anos
Veículos	5 anos
Computadores	7 anos

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.6 Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 11).

A partir do exercício de 2023, as amortizações utilizadas foram as estabelecidas a partir da vida útil dos ativos, conforme demonstrado abaixo, e foram calculadas pela empresa responsável pelo inventário físico da Companhia.

Poços	33 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos eletromecânicos	10 anos
Redes	33 anos
Hidrômetros	10 anos
Tanques	25 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

(c) Mais Valia Contratos de Concessão

A mais valia resulta da aquisição de controladas e representa a diferença entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e o valor pago da contraprestação transferida na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior adquirida em relação ao valor justo. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.8 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.10. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.
- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

	2024	2023
Receita/Custo de Construção	13.147	747
	<u>13.147</u>	<u>747</u>

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

Os impostos são calculados com base no lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual (Lucro Real).

3.14 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Fundo fixo	50	17
Banco conta movimento	613	897
Aplicação financeira	7.249	2.703
	<u>7.912</u>	<u>3.617</u>
Ativo circulante	7.728	3.563
Ativo não circulante	183	54

a) Aplicações Financeiras

	Natureza	Indexador	2024	2023
Banco do Brasil	CDB	101% do CDI	2.102	-
Banco Sicoob	CDB	100% do CDI	172	81
Banco Bradesco	Aplicação Automática	100% do CDI	4.964	2.429
Banco da Amazônia	CDB	100% do CDI	11	193
			<u>7.249</u>	<u>2.703</u>
Ativo circulante			7.066	2.649
Ativo não circulante			183	54

As aplicações financeiras no banco Bradesco foram constituídas para fins de mecanismo de liquidez (contas reserva) e as aplicações de longo prazo são títulos de capitalização nos Banco da Amazônia S.A. ("BASA") e Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("SICOOB").

5. Contas a receber

	2024	2023
Serviço de água e esgotos	15.185	13.989
Serviços incorridos e não faturados	2.658	2.017
	<u>17.843</u>	<u>16.006</u>
(-) Provisões estimadas de perdas	(3.730)	(2.351)
	<u>14.113</u>	<u>13.655</u>

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em milhares de Reais)

A Companhia adota como política para constituição de provisão de perdas esperadas para faturas em aberto há mais de 360 dias para clientes privados e há mais de 720 dias para clientes públicos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo Inicial	(2.351)	(1.572)
Reversão da Provisão	888	597
Provisão	(2.267)	(1.377)
Saldo Final	<u>(3.730)</u>	<u>(2.351)</u>

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2024, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Faturas a vencer	1.596	2.290
Parcelamentos a vencer	1.307	1.303
Vencidas		
Até 30 dias	2.962	2.768
De 31 a 60 dias	1.168	1.051
De 61 a 90 dias	638	552
De 91 a 180 dias	1.278	1.312
De 181 a 360 dias	1.504	1.609
Mais de 360 dias	4.732	3.104
Contas a receber de clientes	<u>15.185</u>	<u>13.989</u>

6. Estoques

	2024	2023
Materiais	343	300
Hidrômetros	47	139
Tubos PVC	66	30
	<u>455</u>	<u>469</u>

7. Partes Relacionadas

	2024	2023
Partes Relacionadas (Ativo)		
Norte Saneamento S. A	2.137	2.137
	<u>2.137</u>	<u>2.137</u>

	2024	2023
Partes Relacionadas (Passivo)		
Norte Saneamento S. A	3.862	-
Aquali Operações de Saneamento Ltda.	-	845
Outros	-	100
	<u>3.862</u>	<u>945</u>

O saldo a receber da Norte Saneamento é referente a gastos de prospecção de novos negócios que foram incorridos pela acionista Norte Gestão e incorporados a Companhia.

O saldo a pagar a Norte Saneamento é referente ao repasse do rateio de despesas decorrentes do compartilhamento da estrutura corporativa, e corresponde as atividades de suporte corporativo aos negócios e operações em geral, das empresas que integram o Grupo Econômico Norte Saneamento.

8. Ativos de Contratos

	Saldos em 31/12/2023	Obras em andamento	Transferência para o intangível	Saldos em 31/12/2024
Obras em andamento				
Sistema de abastecimento de água	343	13.147	(13.490)	-

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

A concessão possui parte de seus investimentos em infraestrutura financiados pela 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a 1ª série emitida em 25 de setembro de 2023 no montante de R\$ 93.000, e a 2ª série emitida em 16 de janeiro de 2024 no montante de R\$ 37.000.

Durante o exercício de 2024, foram capitalizados juros no montante de R\$ 5.192 (2023 - R\$ 253).

9. Direito de uso/Arrendamentos a pagar (IFRS16/CPC 06)

	2024	2023
Direito de Uso	1.033	927

	2024	2023
Arrendamentos a pagar	955	860
Passivo Circulante	325	101
Passivo Não Circulante	631	759

Os contratos arrendados são em sua maioria relativos à locação de equipamentos pesados/veículos e aluguel de imóveis.

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Direito de Uso			
Máquinas e equipamentos	470	355	825
Imóveis	190	1.240	1.431
Informática	30	23	53
Veículos	1.346	-	1.346
	2.037	1.619	3.655
Amortização			
Máquinas e equipamentos	(305)	(436)	(741)
Imóveis	(178)	(324)	(502)
Informática	(18)	(20)	(38)
Veículos	(608)	(733)	(1.342)
	(1.110)	(1.513)	(2.622)
	927	107	1.033

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Apropriação de juros	Pagamento de principal + juros	Saldos em 31/12/2024
Arrendamentos a pagar	860	1.619	253	(1.778)	955
Passivo circulante	101				325
Passivo não circulante	759				631

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em milhares de Reais)

Vencimento dos arrendamentos a pagar no passivo não circulante:

Não Circulante por faixas de vencimento	2024
2026	132
2027	80
2028	29
2029	20
2030 em diante	370
	<u>631</u>

10. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Custo				
Terrenos		9	-	9
Edificações		316	-	316
Máquinas e Equipamentos		161	167	328
Móveis e Utensílios		315	54	369
Veículos		2.531	68	548
Computadores		480	153	2.685
Consórcio em andamento		82	66	148
		<u>3.894</u>	<u>509</u>	<u>4.403</u>
Depreciação				
Terrenos				
Edificações	3%	(98)	(1)	(99)
Máquinas e Equipamentos	10%	(9)	(18)	(28)
Móveis e Utensílios	15%	(78)	(27)	(105)
Veículos	20%	(1.308)	(184)	(1.492)
Computadores	15%	(335)	(60)	(394)
		<u>(1.827)</u>	<u>(291)</u>	<u>(2.118)</u>
		<u>2.067</u>	<u>218</u>	<u>2.285</u>

11. Intangível

O saldo do Intangível considera, também, a mais valia apurada na aquisição dos contratos de concessão. Essa mais valia foi apurada através de laudo de avaliação que determina o valor justo das participações adquiridas, e está sendo amortizada de acordo com o prazo médio das concessões (30 anos).

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em milhares de Reais)

Estes saldos estavam consolidados nas antigas acionistas Norte Gestão e NHF, e foram incorporados na Companhia através do processo de incorporação reversa em 31 de dezembro de 2022 e 25 de abril de 2024, respectivamente.

	Saldos em 31/12/2023	Adição	Transferência Ativos de Contrato	Saldos em 31/12/2024
Custo				
Sistema de abastecimento de água	47.201	3.945	13.490	64.636
Sistema de esgoto sanitário	2.994	524	-	3.518
Outorga	1.500	-	-	1.500
Mais Valia aquisição investimento	68.393	24.118	-	92.511
	120.088	28.587	13.490	162.165
Amortização				
Sistema de abastecimento de água	(2.417)	(1.675)	-	(4.092)
Sistema de esgoto sanitário	(95)	(150)	-	(245)
Outorga	(4)	(50)	-	(54)
Mais Valia aquisição investimento	(3.942)	(2.816)	-	(6.758)
	(6.458)	(4.691)	-	(11.149)
	113.630	23.896	13.490	151.016

	Taxa anual de amortização	31/12/2024	31/12/2023
Rede de distribuição	3%	55.825	40.881
Poço	3%	872	788
Hidrômetro	10%	3.636	3.202
Equipamentos	10%	4.930	4.310
Mais Valia aquisição investimento	3,3%	85.753	64.451
		151.016	113.630

O incremento de R\$ 24.118 na linha de “Mais Valia aquisição de investimento” corresponde a mais valia dos contratos de concessão da Hidro Forte, considerados através da determinação do valor justo da participação remanescente adquirida em 1 de abril de 2024, e foram vertidos da ex-acionista NHF, incorporada em 25 de abril de 2024.

12. Fornecedores

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em milhares de Reais)

	2024	2023
Fornecedores		
Energia	2.088	3.969
Materiais	591	1.124
Serviços	1.090	2.072
	<u>3.769</u>	<u>7.165</u>

13. Debêntures e financiamentos

	Indexador	Vencimento	2024	2023
Debêntures	IPCA + 10%	2034	135.132	93.824
Basa	IPCA + 3,44%	2030	2.848	3.296
Outros		De 2026 a 2028	742	1.014
Total			<u>138.722</u>	<u>98.135</u>
Custos de transação			(4.454)	(2.984)
Total da Dívida			134.268	95.151
Passivo circulante			11.230	2.930
Passivo não circulante			123.037	92.222

Em 16 de janeiro de 2024 a Companhia concretizou a 2ª série da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 37.000, sendo que a 1ª série foi emitida em 25 de setembro de 2023, no montante de R\$ 93.000. Com isso, foi concretizado o montante total da emissão de R\$ 130.000.

Os recursos captados por meio da emissão das Debêntures foram utilizados para (i) a liquidação antecipada integral de dívidas anteriores; (ii) financiamento adicional de investimentos no âmbito dos projetos; (iii) pagamento de despesas da emissão e oferta; (iv) liquidação de saldo residual de Contrato de prestação de serviços para a aquisição de novos negócios.

O financiamento com recursos do BASA foi destinado a investimentos em infraestrutura na concessão de Itupiranga no Pará.

Já os valores alocados na linha de Outros referem-se a financiamentos para compra de veículos e equipamentos.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
 Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
 Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em milhares de Reais)

Abaixo a movimentação das Debêntures e financiamentos:

	Saldos em 31/12/2023	Captações	Juros incorridos	Pagamentos	Saldos em 31/12/2024
Debêntures	93.824	37.000	18.900	(14.592)	135.132
Banco da Amazônia	3.296	-	219	(667)	2.848
Outros	1.014	-	142	(414)	742
Total	98.135	37.000	19.261	(15.674)	138.722

Cláusulas Restritivas (Covenants)

Os covenants financeiros são condições restritivas, que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento.

No caso das debêntures emitidas pela Companhia, existem os seguintes covenants pactuados: dívida líquida/EBITDA e o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

O índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA deverá ser igual ou inferior a 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) até 31/12/2024, e igual ou inferior a 4 (quatro inteiros) a partir de 31/12/2024, e será apurado a partir de 30 de junho de 2024.

O ICSD será apurado a partir de 30 de junho de 2024, através do quociente da divisão do EBITDA subtraído do IR/CSSL pelo serviço da dívida, tendo que ser igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos).

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia cumpriu ou obteve anuência prévia dos debenturistas para não atendimento, quando tiver sido o caso, relativamente aos covenants financeiros previstos na escritura de emissão de debêntures.

Os vencimentos das debêntures e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Vencimentos	10.058	9.854	10.339	16.194	76.592	123.037

14. Salários e encargos sociais

	2024	2023
Encargos a recolher	940	1.170
Provisões e encargos	1.245	1.141
Salários a pagar	745	729
	2.929	3.040

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

15. Tributos a pagar

Correntes

	2024	2023
Parcelamento Tributos Federais	14.033	9.301
COFINS	574	393
Impostos retidos de terceiros	232	330
ISS	150	123
IRPJ	-	95
PIS	124	87
CSLL	-	36
	<u>15.113</u>	<u>10.366</u>
Passivo circulante	4.510	3.149
Passivo não circulante	10.602	7.217

O passivo não circulante é referente aos vencimentos de longo prazo dos parcelamentos junto a Secretaria da Receita Federal. O montante devido desses tributos foi parcelado em 60 prestações mensais, sendo o principal corrigido pela variação da taxa Selic, acrescido de multa de 20% e seu vencimento final será em novembro de 2029.

Diferidos

	2024				2023			
	Base de cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total	Base de cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total
Tributos Diferidos Ativos								
Depreciação contábil x fiscal	-	-	-	-	154	38	14	52
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal	9.137	2.284	822	3.107	1.994	498	179	678
Total	<u>9.137</u>	<u>2.284</u>	<u>822</u>	<u>3.107</u>	<u>2.148</u>	<u>537</u>	<u>193</u>	<u>730</u>
Tributos Diferidos Passivos								
Ganho compra vantajosa	8.750	2.187	787	2.975	11.647	2.912	1.048	3.960
Juros capitalizados	1.137	284	102	387	1.185	296	107	403
Arrendamento mercantil	78	19	7	26	67	17	6	23
Receita a faturar	1.112	278	100	378	491	123	44	167
Capitalização de juros	5.194	1.298	467	1.766	-	-	-	-
Depreciação contábil x fiscal	2.313	578	208	786	-	-	-	-
Total	<u>18.584</u>	<u>4.646</u>	<u>1.672</u>	<u>6.318</u>	<u>13.389</u>	<u>3.347</u>	<u>1.205</u>	<u>4.552</u>
Total Tributo Diferido Líquido				<u>(3.211)</u>				<u>(3.822)</u>

Movimentação do imposto diferido

Saldo do passivo diferido em 31/12/2023	(3.822)
Constituição/Realização do ativo fiscal diferido - Resultado	3.436
Constituição/Realização do passivo fiscal diferido - Resultado	(2.826)
Saldo do passivo diferido em 31/12/2024	(3.211)

A constituição do ativo fiscal diferido correspondente, substancialmente, ao prejuízo fiscal incorrido no exercício de 2024.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitirão a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existente.

A realização do passivo fiscal diferido corresponde, substancialmente, IR/CS diferido apurado pelo reconhecimento do ganho por compra vantajosa na antiga controladora incorporada Norte Gestão. O saldo está sendo reconhecido na apuração dos tributos sobre lucros na proporção mensal de 1/60 avos desde janeiro de 2023.

Os demais impostos diferidos, correspondem as diferenças temporárias reconhecidas na apuração do lucro real da Companhia.

16. Outorga a pagar

	2024	2023
Outorga a pagar	1.133	544

Estas outorgas, referem-se ao preço da delegação do serviço público, calculados conforme cláusula contratual.

HIDRO FORTE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO S.A.
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em milhares de Reais)

Filial	Base	Período	Abatimento	%
ABEL FIGUEIREDO	Faturamento Bruto	Trimestral	Não se aplica	2%
ABREULANDIA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
ANGICO	Faturamento Líquido	Mensal	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	7%
ARAGUACEMA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
BOM JESUS DAS SELVAS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
BOM JESUS DO TOCANTINS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
BREJINHO DE NAZARÉ	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
CARIRI DO TOCANTINS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
CHAPADA DA NATIVIDADE	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
CHAPADA DE AREIA	Não se aplica			
DIVINOPOLIS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
DUERÉ	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
GOIANORTE	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
ITAGUATINS	R\$ 0,40 por ligação	Trimestral	Não se aplica	0%
	Receita Líquida	Mensal	Não se aplica	1%
ITAPIRATINS	Faturamento Bruto	Trimestral	Não se aplica	2%
ITUPIRANGA	Faturamento Líquido	Trimestral	Não se aplica	1%
JAÚ DO TOCANTINS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
LIZARDA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
MATEIROS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
MIRANORTE	Benefício Econômico	Anual	Tributos incidentes sobre o Faturamento	0,5%
MONTE DO CARMO	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
NOVO ALEGRE	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
NOVO REPARTIMENTO	Faturamento Líquido	Trimestral	PIS e COFINS + FGTS e INSS	1%
PEQUIZEIRO	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
PINDORAMA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
PIUM	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
PONTE ALTA DO BOM JESUS	R\$ 0,50 por Ligação	Trimestral	Não se aplica	0%
	Faturamento Líquido	Trimestral	Não se aplica	3%
PONTE ALTA DO TOCANTINS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
PORTO ALEGRE	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
PRAIA NORTE	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
PRESIDENTE KENNEDY	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
RIO DA CONCEICAO	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
SANTA MARIA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
SANTA RITA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
SANTA ROSA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
SÃO VALÉRIO	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	3%
SILVANOPOLIS	Faturamento Líquido	Trimestral	Impostos Federais e Trabalhista + Custo de energia	2%
SITIO NOVO	Faturamento Líquido	Trimestral	Não se aplica	2%
TABOÇÃO	Faturamento Líquido	Trimestral	Não se aplica	2%
TALISMA	R\$ 0,50 por Ligação	Trimestral	Não se aplica	0%

17. Provisão de contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos advogados e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas.

	2024	2023
Ações Cíveis	20	18
	<u>20</u>	<u>18</u>

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R\$208 em 31 de dezembro de 2024 (2023 - R\$ 586).

Concessão de Riachão no estado do Maranhão.

Em 16 de outubro de 2024, a Companhia assinou o contrato de concessão de água e esgoto por 30 anos com a prefeitura municipal de Riachão - MA, sendo a Ordem de Serviço assinada em 21 de outubro de 2024.

Entretanto, em 23 de outubro de 2024, por decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a licitação foi suspensa e a Hidro Forte impossibilitada de iniciar o fornecimento dos serviços.

O Mandado de Segurança foi impetrado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão ("CAEMA"), antiga concessionária de água e esgoto do município e a Hidro Forte recorreu da decisão, que agora está em curso na justiça do Maranhão.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 está representado por 1.590.840 ações, segregadas em 795.420 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal ("ON") e 795.420 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal ("PN").

	Quantidade de ações		% de ações
	Norte Saneamento	Total	Norte Saneamento
Ações ordinárias ("ON")	795.420	795.420	100%
Ações Preferenciais ("PN")	795.420	795.420	100%
	<u>1.590.840</u>	<u>1.590.840</u>	<u>100%</u>

Em 5 de julho de 2023, a Norte Saneamento, que já possuía 75% de participação, adquiriu mais 5% das ações e passou a deter 80% do Capital Social (60% do Capital Votante) assumindo o controle da Companhia.

Em 1 de abril de 2024, a empresa NHF adquiriu os 20% restantes das ações, e em 25 de abril de 2024, a Hidro Forte incorporou de forma reversa a acionista NHF. Com a sua extinção, a partir desta data, a Norte Saneamento passou a deter 100% de participação no capital social da Companhia.

Em 1 de abril de 2024, houve também o aumento de capital mediante a capitalização do saldo de R\$ 6.101 da reserva de capital, e o capital social da Companhia passou de R\$ 2.651 para R\$ 8.752 mil. Nessa capitalização, não houve emissão de novas ações conforme estabelece o artigo 169 da Leis 6.404/76.

b) Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado nos termos do artigo 193 da Lei 6404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c) Reserva de Lucros

A Reserva de lucros é composta pelos lucros acumulados auferidos pela companhia, nos termos do artigo 182 da Lei 6404/76.

19. Receita Líquida de serviços

	2024	2023
Serviços de abastecimento de água	60.718	53.740
Serviços de sistema de esgotamento sanitário	3.346	2.561
Impostos incidentes/Deduções	(5.942)	(5.199)
	<u>58.122</u>	<u>51.101</u>

No decorrer do exercício de 2024, a Companhia adotou algumas medidas que contribuíram para a melhoria de performance do faturamento, como: instalações de novos hidrômetros e troca de hidrômetros obsoletos, cobrança pelo consumo medido e não por média e instalação de novas ligações, principalmente em Bom Jesus das Selvas - MA, Miranorte - TO e nas concessões no estado do Pará.

20. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Pessoal	(10.037)	(8.806)
Energia	(6.138)	(6.131)
Serviços	(2.955)	(2.986)
Materiais	(2.101)	(2.359)
Depreciação/amortização	(3.428)	(2.094)
Outros	(910)	(1.091)
Tratamento/ químicos	(1.062)	(1.068)
Outorga	(1.102)	(959)
	<u>(27.733)</u>	<u>(25.495)</u>

O saldo de depreciação e amortização, contempla o valor de R\$ 1.513 correspondente a amortização do direito de uso dos arrendamentos em vigência (IFRS 16/CPC 06), e a variação no ano corresponde, substancialmente ao incremento do custo de construção, relacionado aos gastos de formação da infraestrutura das concessões existentes.

21. Gerais e Administrativas

	2024	2023
Serviços/Rateio	(6.670)	(4.953)
Depreciação/amortização	(3.066)	(3.205)
Pessoal	(1.713)	(1.449)
Outros	(305)	(371)
Impostos e contribuições	(374)	(381)
Materiais	(231)	(325)
Energia	(228)	(82)
	<u>(12.587)</u>	<u>(10.766)</u>

22. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita Financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.670	539
	<u>1.670</u>	<u>539</u>
Despesa Financeira		
Encargos financeiros de financiamentos e debêntures	(14.067)	(15.487)
Amortização de custo de transação	(475)	
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	(253)	(1.110)
Despesas financeiras parcelamento de tributos	(3.900)	(1.800)
Despesas e comissões bancárias	(1.564)	(1.370)
	<u>(20.259)</u>	<u>(19.767)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(18.589)</u>	<u>(19.228)</u>

23. Imposto de renda e contribuição social

	2024			2023		
	Corrente	Diferido	Total	Corrente	Diferido	Total
Imposto de Renda	-	448	448	(95)	1.067	972
Contribuição Social	-	161	161	(36)	384	348
	<u>-</u>	<u>610</u>	<u>610</u>	<u>(131)</u>	<u>1.451</u>	<u>1.320</u>

O IR/CS diferido, considera o crédito de prejuízo fiscal a compensar, corresponde ao ativo fiscal diferido que será realizado na compensação do IR/CS a pagar, limitado a 30% do lucro fiscal reconhecido.

Os demais impostos diferidos, correspondem as diferenças temporárias reconhecidas na apuração do lucro real da Companhia.

24. Gerenciamento de riscos financeiros

24.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários nos municípios com os quais possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera, sendo que os respectivos contratos de concessão possuem prazo de validade definido, variando entre 20 e 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em casos de descumprimentos relevantes, rescindir os contratos de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	662	914
Aplicações Financeiras	7.249	2.703
Contas a Receber	14.113	13.655
	<u>22.025</u>	<u>17.272</u>

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária. Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	662	914
Aplicações Financeiras	7.249	2.703
	<u>7.912</u>	<u>3.617</u>
Passivos Financeiros		
Debêntures e financiamentos	134.268	95.152

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2023
Debêntures e financiamentos.	134.268	95.152
Fornecedores a pagar	3.769	7.165
	<u>138.037</u>	<u>102.317</u>

24.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	662	914
Aplicações Financeiras	7.249	2.703
Contas a receber	14.113	13.655
	<u>22.025</u>	<u>17.272</u>
Passivos Financeiros		
Debêntures e financiamentos.	134.268	95.152
Fornecedores a pagar	3.769	7.165
	<u>138.037</u>	<u>102.317</u>

25.Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

Tipo de cobertura	2024	
	Valor segurado	Seguradora
Responsabilidade civil	4.500	AIG Seguros Brasil S.A.
Frotas	1.000	Tokio Marine Seguradora S.A.
Patrimonial	25.000	Chubb Seguros Brasil S.A.
